

Ferrolease Participações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417 - 16º andar
80410-180 - Curitiba/PR - Brasil
Caixa Postal 13533 - CEP 80420-990 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3544-4747, Fax +55 (41) 3544-4750
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da
Ferrolease Participações S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ferrolease Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Ferrolease Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 27 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa
Contador CRC PR-054199/O-0

Ferrolease Participações S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10	993	989	1.238.642	2.488.266	Empréstimos e financiamentos	17	-	11.122.866	8.027.172	19.179.561
Contas a receber de clientes	11	-	-	1.346.464	2.467.702	Adiantamentos de clientes	18	-	-	6.354.371	1.073.784
Juros sobre o capital próprio a receber	12	-	932.002	-	-	Impostos e contribuições a recolher		421.997	197.283	811.717	517.377
Impostos a recuperar	13	1.365.187	1.184.931	2.112.818	2.813.717	Contas a pagar à partes relacionadas	12	4.262.360	-	1.240.140	1.240.140
Outras contas a receber		-	-	591	4.859	Dividendos	12	2.711.352	1.572.042	2.711.352	1.572.042
						Outras contas a pagar		58.098	61.239	434.627	233.817
		<u>1.366.180</u>	<u>2.117.922</u>	<u>4.698.515</u>	<u>7.774.544</u>			<u>7.453.807</u>	<u>12.953.430</u>	<u>19.579.379</u>	<u>23.816.721</u>
Não circulante						Não circulante					
Mútuos com partes relacionadas	12	14.628	14.628	841.206	823.206	Empréstimos e financiamentos	17	-	-	29.365.889	37.125.269
Impostos a recuperar	13	-	-	192.626	17.200	Aluguéis com partes relacionadas, mútuos e dividendos	12	607.345	607.345	968.715	931.335
Investimentos	14	30.561.456	31.651.554	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	-	-	10.332.565	8.591.259
Imobilizado	15	-	-	78.603.571	82.321.220	Provisão para contingências	20	-	-	208.258	248.257
		<u>30.576.084</u>	<u>31.666.182</u>	<u>79.637.403</u>	<u>83.161.626</u>			<u>607.345</u>	<u>607.345</u>	<u>40.875.427</u>	<u>46.896.120</u>
						Patrimônio líquido					
						Capital social	21	13.497.825	13.497.825	13.497.825	13.497.825
						Reservas de lucros		10.654.765	6.996.982	10.654.765	6.996.982
						Ajustes de avaliação patrimonial		(271.478)	(271.478)	(271.478)	(271.478)
								<u>23.881.112</u>	<u>20.223.329</u>	<u>23.881.112</u>	<u>20.223.329</u>
		<u>31.942.264</u>	<u>33.784.104</u>	<u>84.335.918</u>	<u>90.936.170</u>			<u>31.942.264</u>	<u>33.784.104</u>	<u>84.335.918</u>	<u>90.936.170</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	22	-	-	14.345.546	16.026.351
Custo dos serviços prestados					
Arrendamento		-	-	(37.380)	(40.460)
Depreciação de ativos ferroviários		-	-	(2.623.766)	(2.654.008)
Lucro bruto			-	11.684.400	13.331.883
Despesas operacionais					
Administrativas	23	(97.800)	(136.276)	(1.452.427)	(1.647.869)
Outros resultados operacionais					
Outros resultados operacionais	25	-	-	(204.633)	892.663
Resultado antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		<u>(97.800)</u>	<u>(136.276)</u>	<u>10.027.340</u>	<u>12.576.677</u>
Receitas financeiras	24	91.029	98.331	374.147	449.525
Despesas financeiras	24	(861.534)	(781.035)	(3.451.038)	(3.684.192)
Despesas financeiras, líquidas		<u>(770.505)</u>	<u>(682.704)</u>	<u>(3.076.891)</u>	<u>(3.234.667)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>5.900.827</u>	<u>7.438.105</u>	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.032.522	6.619.125	6.950.449	9.342.010
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	(235.429)	-	(587.476)	(637.773)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	-	-	(1.565.880)	(2.085.112)
Resultado do exercício		<u>4.797.093</u>	<u>6.619.125</u>	<u>4.797.093</u>	<u>6.619.125</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício	4.797.093	6.619.125	4.797.093	6.619.125
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>4.797.093</u></u>	<u><u>6.619.125</u></u>	<u><u>4.797.093</u></u>	<u><u>6.619.125</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Total
			Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2016	13.497.825	(271.478)	127.862	1.822.037	-	15.176.246
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.619.125	6.619.125
Destinações						
Reserva legal	-	-	330.956	-	(330.956)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.572.042)	(1.572.042)
Retenção de lucros no exercício	-	-	-	4.716.127	(4.716.127)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2017	<u>13.497.825</u>	<u>(271.478)</u>	<u>458.818</u>	<u>6.538.164</u>	<u>-</u>	<u>20.223.329</u>
Lucro líquido do exercício					4.797.093	4.797.093
Destinações						
Reserva legal	-	-	239.855	-	(239.855)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	(1.139.310)	(1.139.310)
Retenção de lucros no exercício	-	-	-	3.417.928	(3.417.928)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>13.497.825</u>	<u>(271.478)</u>	<u>698.673</u>	<u>9.956.092</u>	<u>-</u>	<u>23.881.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ferrolease Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	4.797.093	6.619.125	4.797.093	6.619.125
Ajustes para:				
Depreciação	-	-	2.804.907	2.837.123
Provisão para contingências	-	-	19.416	(360.001)
Juros apropriados sobre empréstimos com partes relacionadas	-	-	(18.000)	(18.000)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos com terceiros	669.235	578.599	3.012.326	3.319.396
Resultado de equivalência patrimonial	(5.900.827)	(7.438.105)	-	-
Ganho sobre imobilizado baixado	-	-	(138.687)	(727.628)
Ajuste de impairment sobre vagões	-	-	343.320	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	1.565.880	2.085.112
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	64.632
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	1.121.238	(685.524)
Impostos a recuperar e outras contas a receber	118.382	(242.658)	1.609.006	1.302.355
Aluguéis com partes relacionadas	4.262.360	1.374.633	37.380	1.479.005
Adiantamentos de clientes	-	-	5.280.587	(109.444)
Outras contas a pagar	221.573	46.278	137.095	(1.186.469)
Impostos sobre o lucro pagos	-	-	(605.199)	(554.839)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	4.167.816	937.872	19.966.362	14.064.843
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	5.000.000	4.184.007	-	-
Juros sobre o capital próprio recebidos	2.624.289	877.737	-	-
Recebimento de baixa de ativo imobilizado	-	-	717.447	2.550.000
Aquisição de imobilizado	-	-	(9.338)	-
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	7.624.289	5.061.744	708.109	2.550.000
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	(715.435)
Empréstimos e financiamentos tomados	-	-	-	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(11.122.866)	(6.000.000)	(18.959.446)	(13.469.602)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	(669.235)	-	(2.964.649)	(2.976.172)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(11.792.101)	(6.000.000)	(21.924.095)	(17.161.209)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4	(384)	(1.249.624)	(546.366)
Demonstração da redução em caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	989	1.373	2.488.266	3.034.632
No fim do exercício	993	989	1.238.642	2.488.266
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	4	(384)	(1.249.624)	(546.366)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A Ferrolease Participações S.A. (“Companhia”) foi criada de 11 de março de 2010, com sede na Rua Marechal Deodoro no. 497, 2º. Andar, sala 24, Curitiba - PR, com objeto social de participar em outras sociedades, em especial na Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. (“Ferrolease Operacional”). Além disso, a Companhia objetiva buscar fontes de recursos financeiros adequadas no mercado, que permitam a expansão do plano de negócios da Ferrolease Operacional.

A controlada Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A. (“Controlada”), com sua sede na Rua Marechal Deodoro no. 471, 2º. Andar, sala 24, Curitiba - PR foi constituída em 26 de junho de 2002 tendo como sua principal atividade o aluguel de equipamentos ferroviários. A Companhia iniciou suas operações em abril de 2004 e atualmente possui uma frota de 371 vagões, dos quais 89 vagões estão locados do acionista Global Railroad Leasing LLC (“GRL”) e os 282 vagões restantes são de propriedade da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, 35 vagões da frota não estavam locados para clientes.

A receita da Companhia, em 2017, foi predominantemente gerada através de contratos de locação de vagões, firmados com as empresas RUMO Malha Paulista S/A (“RUMO”), VLI Multimodal S.A. (“VLI”), Agrex do Brasil S/A (“Agrex”), Arcelor Mittal do Brasil (“Arcelor”) e Consórcio Pavotec (“Pavotec”).

Estão em operação 105 vagões hoppers HFT (150 m³ de capacidade) locados para Agrex em 18 de novembro de 2009 (30 unidades) e 7 de fevereiro de 2011 (75 unidades). Estes contratos têm prazo de vencimento em março de 2035 e agosto de 2022, respectivamente. Estes vagões transportam grãos nas malhas de bitola larga da Estrada de Ferro Carajás (“EFC”) e Ferrovia Norte-Sul (“FNS”).

Em dezembro de 2012 a Controlada firmou contrato de locação de 33 vagões tipo HAE com a Arcelor para transporte de minério em circuito interno. Esta frota é de uso exclusivo do cliente, responsável pelo carregamento e descarregamento de minério bruto entre a mina e a usina da Arcelor na cidade de João Monlevade, em Minas Gerais.

Existem três contratos assinados com a RUMO, conforme segue, o primeiro contempla a locação de 89 vagões HFT (135m³ de capacidade) e possui vencimento em julho de 2021. Estes vagões estão sendo utilizados no transporte de grãos entre Alto Araguaia/MT e Santos/SP, operando dentro da malha norte de bitola larga da RUMO. Esse contrato foi renovado em julho de 2016, com alterações, por exemplo: a) o número total de vagões locados passou de 100 vagões (do tipo HFT) para 89 vagões (do tipo HFT); b) o prazo de locação estendeu-se por mais 60 meses a partir de 21 de Julho de 2016; c) as partes incluíram no aditivo ao contrato de locação cláusula com Opção de Compra dos vagões ao final do contrato; d) inclusão de cláusula de Indenização por Perda Total de 11 vagões (do tipo HFT) no valor unitário de R\$ 150.

O segundo contrato contempla a locação de 88 vagões tanque (do tipo TCT) que estão sendo utilizados na operação ferroviária, para RUMO, trecho entre as cidades de Rondonópolis/MT a Paulínia/SP. Este contrato foi assinado em 15 de janeiro de 2014, e o início da locação se deu em julho de 2015. Ainda há um terceiro contrato, onde a RUMO locou em 02 de maio de 2014, um total de 17 vagões tanque, tipo TCS (83m³ de capacidade), o mesmo foi renovado com novo vencimento para 15 de abril de 2019.

Em setembro de 2014, a Controlada firmou com a Pavotec, contrato de locação de 4 vagões Hopper Aberto, do tipo HAS (55m³ de capacidade). O prazo de vencimento para este contrato era 31 de dezembro de 2016, o qual foi renovado para 02 vagões (HAS) até 31 de maio de 2018.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui passivo circulante maior que seu ativo circulante, decorrente essencialmente, dos saldos a pagar à partes relacionadas e empréstimos e financiamentos junto à instituições financeiras.

A Administração entende que além dos recursos próprios e da geração de caixa prevista pela realização dos contratos de aluguel de vagões já firmados, se necessário, a Companhia poderá renegociar o prazo de pagamento dos valores devidos à partes relacionadas. Adicionalmente, a Companhia já possui duas linhas de crédito pré-aprovadas no valor total de R\$ 5 milhões, junto à duas instituições financeiras.

Com isso, a Administração entende que a Companhia terá recursos suficientes para suportar sua continuidade operacional pelos próximos períodos.

2 Entidade controlada

	País	Participação acionária %	
		2017	2016
Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.	Brasil	100%	100%

A investida tem por objeto o aluguel de equipamentos ferroviários.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de abril de 2018. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o decimal mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 15** - Imobilizado (valor residual e vida útil dos ativos);
- **Nota explicativa 20** - Provisão para contingências (probabilidade e magnitude das saídas de recursos)
- **Nota explicativa 26** - Instrumentos financeiros (mensuração do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico,

7 Principais práticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

c. Receita operacional

A receita operacional da locação de vagões no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares (contratos de arrendamento operacional). As receitas são reconhecidas mensalmente, com base nos contratos de locação de vagões, em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

d. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

e. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem, principalmente, despesas com juros sobre empréstimos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos ferroviários	33,33 anos
Benfeitorias em propriedade de terceiros	6 anos
Equipamentos de computação e telefonia	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis e os passivos financeiros não derivativos na categoria outros passivos financeiros.

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método os juros efetivos.

i. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia e sua controlada sobre condições de que a Companhia e sua controlada não considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento no nível individualizado

Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, a perda de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

k. Arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (regime de competência).

8 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de sua controlada exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

(ii) Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(i) Mensuração do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(ii) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros créditos e fornecedores

Decorrentes diretamente das operações do Grupo, são definidos como ativos destinados à negociação. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

(iii) Empréstimos e financiamentos

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para os exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”**

O CPC 48, publicado em julho de 2014, substitui as orientações existentes na CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que deve refletir o modelo de negócios e expectativa de fluxo de caixa utilizados pela Companhia na administração de seus ativos financeiros.

Classificação - Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros passarão a serem classificados em três categorias, quais sejam: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38: “mantidos até o vencimento”, “empréstimos e recebíveis” e “disponíveis para venda”.

Os passivos financeiros do Grupo estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48.

O Grupo avalia que a aplicação do CPC 48 não terá impacto significativo sobre os saldos dos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passarão a ser classificados como “custo amortizado”, não havendo modificação significativa em sua mensuração.

Redução no valor recuperável (impairment)

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” por um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas”. Essa mudança exigirá um julgamento sobre como a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A metodologia prevista no CPC 48 e aplicável, principalmente, para contas a receber de longo prazo, ou seja com prazo superior a 12 meses, razão pela qual estabeleceu estágios 1 e 2 diferenciando a expectativa de perda de créditos.

Os ativos financeiros de curto prazo do Grupo representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos não tem apresentado aumento no risco de crédito e também não há em 31 de dezembro de 2017, expectativa de aumento no risco de crédito que poderia requerer aumento significativo na provisão para perdas esperadas em relação a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

- **CPC 47 - “Receita de contratos com Clientes”**

O CPC 47 fornece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por qual valor uma receita deve ser registrada. Esse pronunciamento substitui o CPC 30 - Receitas e CPC 17 - Contratos de Construção e vigorará a partir dos exercícios iniciados em ou depois de 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 provê maior detalhamento para o reconhecimento da receita, estabelecendo que esta deva ser registrada quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada transação é transferido ao cliente e estabelecendo, também, maior detalhamento nas divulgações.

A principal receita do Grupo é representada pela locação de vagões firmadas através de contratos de prestação de serviços. A obrigação de desempenho é cumprida quando da entrega dos produtos aos clientes. Com base na análise acima o Grupo não espera impacto significativo em suas demonstrações financeiras pela adoção do CPC 47.

- **CPC 06 - “Arrendamentos”**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único para contabilização de arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, estabelecendo o reconhecimento, com limitadas exceções, de ativos e passivos pelo arrendatário.

O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. O registro, por parte dos arrendadores, não teve mudanças significativas.

O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 (R1) Operações de Arrendamento Mercantil e a ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Essa norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo ainda não quantificou o impacto da adoção do CPC 06 sobre os seus ativos e passivos. O efeito quantitativo da adoção do CPC 06 dependerá especificamente do método de transição escolhido, da utilização de expedientes práticos e isenções de reconhecimento, e quaisquer arrendamentos adicionais que o Grupo celebrará. O Grupo espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas antes da adoção.

Não há outras normas CPC que impactem as demonstrações do Grupo de forma relevante, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

10 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	34	989	1.000	2.994
Aplicações financeiras	959	-	1.237.642	2.485.272
	<u>993</u>	<u>989</u>	<u>1.238.642</u>	<u>2.488.266</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Dessa forma, tais aplicações financeiras foram consideradas como caixa e equivalentes de caixa nas demonstrações de fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a fundos de renda fixa, referenciados a taxas que se aproximam do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

11 Contas a receber de clientes (consolidado)

	2017	2016
Contas a receber de clientes	1.438.276	2.559.514
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(91.812)</u>	<u>(91.812)</u>
	<u>1.346.464</u>	<u>2.467.702</u>

Consistem em valores relativos a contratos de locação de vagões, conforme descrito na nota explicativa 1. Em 31 de dezembro de 2017 o total do contas a receber encontra-se a vencer, exceto pelo valor provisionado para perdas de R\$ 91.812 (mesmo valor em 2016).

12 Transações com partes relacionadas

Os saldos com as empresas relacionadas foram realizados conforme os termos e condições acordadas entre as partes, os quais poderiam ser diferentes caso fossem realizados com terceiros e estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Juros sobre o capital próprio (i)	-	932.002	-	-
Ativo não circulante				
Mútuo com GRL Brasil Ltda.	-	-	2.608	2.608
Empréstimo concedido à GRL USA (ii)	-	-	823.970	805.970
Outros	14.628	14.628	14.628	14.628
	14.628	14.628	841.206	823.206
Passivo circulante				
Aluguéis devidos à GRL (iii)	-	-	1.240.140	1.240.140
Adiantamento de dividendos (vi)	4.262.360	-	-	-
Dividendos (v)	2.711.352	1.572.042	2.711.352	1.572.042
	6.973.712	1.572.042	3.951.492	2.812.182
Passivo não circulante				
Mútuo com controlada	-	-	-	-
Aluguéis devidos à GRL (v)	-	-	361.370	323.990
Dividendos	607.345	607.345	607.345	607.345
	607.345	607.345	968.715	931.335

- (i) De acordo com o estatuto social da controlada, os acionistas têm direito a um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a controlada não provisionou o dividendo mínimo obrigatório porque já havia deliberado pelo pagamento de R\$ 1.990.925 (R\$ 2.129.105 em 2016) a título de juros sobre o capital próprio, e este montante supera os 25% de dividendos mínimos. A Companhia calculou juros sobre o capital próprio, de acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito das demonstrações financeiras da Controlada esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

- (ii) Refere-se a empréstimos nos montantes de R\$ 290.000, R\$ 350.000 e R\$50.000, acrescidos de juros de 9,83% a.a. e Libor + 3% a.a., respectivamente. Em 15 de abril de 2009 foi deliberado, através de Assembleia Geral Extraordinária, a compensação dos saldos referente aos aluguéis a pagar pela Ferrolease S.A à GRL USA com valores de empréstimos concedidos pela Ferrolease S.A à GRL USA. Considerando que a Administração ainda não definiu prazo para compensação desses valores, tais ativos foram reclassificados para o ativo não circulante em 2009. Existe a previsão contratual entre a GRL USA e a Ferrolease de se fazer a compensação de saldo em haver entre as empresas, onde este valor a pagar pela GRL USA para Ferrolease será compensado com os valores que a Ferrolease tem a pagar à GRL USA. Esta compensação ocorrerá quando a nacionalização dos 100 vagões hoppers HFT locados pela Ferrolease com GRL USA.
- (iii) Valor a repassar a GRL USA relativo a perda por sinistro de 11 vagões, os quais foram cobertos pela seguradora.
- (iv) Valores relativos a aluguel a pagar originados do contrato com a GRL USA, proprietária dos 100 vagões arrendados pela controlada. Ajustado para 89 vagões em 2016 por conta de acidente com perda total envolvendo 11 unidades.
- (v) Antecipação de dividendos da investida Ferrolease Locações Ltda.

13 Impostos a recuperar

O saldo é composto pelos seguintes valores:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
IRPJ/CSLL	1.365.187	1.184.931	2.303.395	1.688.504
PIS/COFINS	-	-	-	1.140.765
Outros	-	-	2.049	1.648
	<u>1.365.187</u>	<u>1.184.931</u>	<u>2.305.444</u>	<u>2.830.917</u>
Circulante	1.365.187	1.184.931	2.112.818	2.813.717
Não circulante	-	-	192.626	17.200

14 Investimentos (controladora)

(i) Composição do saldo

	2017	2016
Investimentos por equivalência patrimonial		
Ferrolease Locação e Venda de Equipamentos Ferroviários S.A.	30.561.456	31.651.554

(ii) Informações da investida direta

	<u>Ferrolease Locações</u>	
	2017	2016
Ativo circulante	3.332.335	6.588.625
Ativo não circulante	83.885.135	83.146.998
Passivo circulante	(16.387.931)	(11.795.293)
Passivo não circulante	(40.268.082)	(46.288.775)
Patrimônio líquido	(30.561.456)	(31.651.554)
Receitas dos exercícios	14.268.664	17.270.208
Custos e despesas dos exercícios	(8.727.837)	(9.832.103)
Lucro da investida nos exercícios	5.900.827	7.438.105
Capital social subscrito	20.685.225	20.685.225
Quantidade de ações ou quotas possuídas	20.685.225	20.685.225
Patrimônio líquido	30.561.456	31.651.554
Participação no capital social, no final do exercício	100%	100%
Participação no patrimônio líquido	30.561.456	31.651.554
Equivalência patrimonial da controladora	5.900.827	7.438.105

(iii) Movimentação do investimento no exercício:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.651.554
Resultado de equivalência patrimonial	5.900.827
Distribuição de dividendos	(5.000.000)
Juros sobre capital próprio	<u>(1.990.925)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>30.561.456</u>

15 Imobilizado (consolidado)

	2017		2016	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Ativos ferroviários	91.736.412	(12.908.415)	78.827.997	82.101.963
Ativos ferroviários em andamento	106.433	-	106.433	212.866
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7.326.714	(7.326.714)	-	-
<i>Impairment</i>	(343.320)	-	(343.320)	-
Equipamentos de computação e telefonia	42.242	(34.133)	8.109	983
Máquinas e equipamentos	3.289	(2.403)	886	1.055
Móveis e utensílios	39.198	(35.732)	3.466	4.353
	<u>98.910.968</u>	<u>(20.307.397)</u>	<u>78.603.571</u>	<u>82.321.220</u>

(i) Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2016	Movimentação 2017		Saldo em 31/12/2017
	Custo	Adições	Baixas	Custo
Ativos ferroviários	92.324.455	-	(588.043)	91.736.412
Ativos ferroviários disponíveis para locação	212.866	-	(106.433)	106.433
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7.326.714	-	-	7.326.714
<i>Impairment</i>	-	(343.320)	-	(343.320)
Equipamentos de computação e telefonia	32.904	9.338	-	42.242
Máquinas e equipamentos	3.289	-	-	3.289
Móveis e utensílios	39.198	-	-	39.198
	<u>99.939.426</u>	<u>(333.982)</u>	<u>(694.476)</u>	<u>98.910.968</u>

(ii) Movimentação da depreciação acumulada

	Saldo em 31/12/2016	Movimentação 2017		Saldo em 31/12/2017
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada
Ativos ferroviários	(10.222.492)	(2.801.639)	115.716	(12.908.415)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(7.326.714)	-	-	(7.326.714)
Equipamentos de computação e telefonia	(31.921)	(2.212)	-	(34.133)
Máquinas e equipamentos	(2.234)	(169)	-	(2.403)
Móveis e utensílios	(34.845)	(887)	-	(35.732)
	<u>(17.618.206)</u>	<u>(2.804.907)</u>	<u>115.716</u>	<u>(20.307.397)</u>

Revisão das vidas úteis

As taxas de depreciação do ativo imobilizado foram revisadas durante o exercício, conforme requerido pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, sendo que a Companhia não identificou a necessidade de alterar as taxas de depreciação/vidas úteis utilizadas no exercício anterior.

Avaliação para redução ao valor recuperável de ativos

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 a Companhia identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do seu valor recuperável pela carência de locação dos respectivos vagões e consequente ausência de geração futura de fluxo de caixa, logo, o valor não recuperável no montante de R\$ 343.982 foi provisionado.

Garantias

Vagões de carga, de valor total de R\$ 52.886 mil, foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME (vide nota explicativa 17).

16 Contratos de aluguéis de vagões (consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 a controlada possui contrato de locação referente a 89 (mesmo número em 2016) vagões tipo HFT, no qual a controlada é arrendatária. O contrato possui prazo de duração de 5 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após essa data.

Como locatária de tais vagões, a controlada reconheceu o montante de R\$ 37.380 (R\$ 40.460 em 2016) referente a custos com operações de locação.

Tais ativos, de valor total de R\$ 7.326.714 (mesmo valor em 2016) (valor de custo após benfeitorias), foram subarrendados, sendo que os contratos de subarrendamento possuem prazo médio de 5 anos, a contar da data dos contratos, os quais foram renovados em 2014, com prazo até 2019.

17 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Debêntures (i)	-	11.122.866	-	11.122.864
FINAME				
- Programa PSI / BNDES juros fixos de 4,5% a.a. (ii)	-	-	2.108.436	3.143.000
- Programa PSI / BNDES juros fixos de 6,5% a.a. (iii)	-	-	7.266.011	9.309.841
FINAME (juros fixos de 3,5% a.a.) (iv)	-	-	4.786.582	5.785.956
FINAME (juros fixos de 4,5% a.a.) (v)	-	-	12.916.908	14.840.088
FINAME (juros fixos de 7,0% a.a.) (vi)	-	-	10.315.124	12.103.081
	-	11.122.866	37.393.061	56.304.830
Circulante	-	11.122.866	8.027.172	19.179.561
Não circulante	-	-	29.365.889	37.125.269

- (i) Em 28 de abril de 2010, a Companhia realizou a 1ª Emissão Privada de Debêntures conversíveis em Ações Ordinárias, para o debenturista JBVC-I, feitas em duas séries de 75 debêntures no valor unitário de R\$ 100.000,00. As debêntures têm data de emissão em 28 de abril de 2011 e vencimento até o 6º ano, com amortizações previstas de 50% do valor total em 2014 (em 7 de junho de 2014 e 7 de dezembro de 2014), sendo os 50% restantes em 2015 (em 7 de junho de 2015 e 7 de dezembro de 2015). As debêntures são atualizadas por IGPM + 11% ao ano. Os recursos captados através de debêntures foram utilizados para aumentar o capital da investida.

As debêntures foram integralmente quitadas durante o exercício 2017.

- (ii) Em 24 de novembro 2009, a Companhia efetuou abertura de crédito com limite de R\$ 9.429.000 a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual vem sendo pago em 108 prestações mensais e sucessivas, tendo a primeira vencido em 15 de janeiro de 2011 e a última em 15 de dezembro de 2019. Tal financiamento foi utilizado para a aquisição de 30 vagões hopper HFT (150m³), oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 30 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações junto ao financiador (*covenants* não financeiros), tendo sido cedidos, como garantia, os recebíveis do contrato de locação dos 30 vagões com o cliente CEAGRO, ficando por conta do locatário a obrigação da contratação de seguros para os bens objeto desse contrato.
- (iii) Em 8 de julho de 2011, a Companhia concluiu negociação de financiamento no valor de R\$ 19.296.761 através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2012 e a última em 15 de dezembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 75 vagões hopper HFT (150m³), os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 105 vagões hopper dados em garantia ao FINAME, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (iv) Em 28 de outubro de 2013, a Companhia concluiu negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 108 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2014 e a última em 15 de novembro de 2022. Este limite aprovado foi utilizado para a aquisição de 36 vagões hopper HAE, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 36 vagões hopper HAE dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (v) Entre as datas de 19 de fevereiro de 2015 e 25 de agosto de 2015, a Companhia concluiu a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 112 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2015 e a última em 15 de janeiro de 2025. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.
- (vi) Entre as datas de 19 de maio de 2015 e 17 de setembro de 2015, a Companhia concluiu a negociação de financiamento através de recursos originários de repasses da Agência especial de Financiamento Industrial - FINAME do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual será pago em 88 parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de julho de 2015 e a última em 17 de abril de 2023. Este limite foi aprovado para a aquisição de 44 vagões tanque, tipo TCT, os quais foram oferecidos em alienação fiduciária como garantia da dívida. Além dos 44 vagões tanque tipo TCT dados em garantia ao agente financiador, conforme descrito na nota explicativa 10, a Companhia deverá cumprir com outras obrigações com o financiador (*covenants* não financeiros) para esse contrato.

Vagões de carga, de valor total de R\$ 52.886 mil, foram dados em garantia na operação contratada junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações requeridas pelos contratos de empréstimos e financiamentos, e não há *covenants* financeiros a serem cumpridos nesta data.

18 Adiantamento de clientes (consolidado)

Em novembro de 2017, a Companhia recebeu a antecipação de recebíveis do cliente Agrex do Brasil S.A referente à locações de vagões contratadas para o exercício de 2018 no montante de R\$ 6.354.371.

19 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados de modo a refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base tributável dos ativos e passivos, e os respectivos valores contábeis.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o imposto de renda e contribuição social, registrados no passivo não circulante, tem a seguinte composição:

	<u>Consolidado</u>	
	2017	2016
Ativo não circulante (adições temporárias)		
Provisão para contingências e <i>impairment</i>	192.626	17.200
Passivo não circulante (exclusões temporárias)		
Custo atribuído	(915.392)	(1.499.461)
Diferença depreciação fiscal e contábil	<u>(29.474.506)</u>	<u>(23.768.947)</u>
	<u>(30.389.898)</u>	<u>(25.268.408)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda diferido (25%)	(7.597.475)	(6.317.102)
Contribuição social diferida (9%)	<u>(2.735.090)</u>	<u>(2.274.157)</u>
Passivo fiscal diferido líquido	<u>(10.332.565)</u>	<u>(8.591.259)</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social reconhecida no resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Resultado do exercício antes de impostos	5.032.522	6.619.125	6.950.450	9.342.010
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais de 25% e 9%	<u>(1.711.057)</u>	<u>(2.250.503)</u>	<u>(2.363.153)</u>	<u>(3.176.283)</u>
Adições e (exclusões) permanentes e outros	2.006.281	2.528.956	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	<u>(10.205)</u>	<u>(10.552)</u>
Despesas não dedutíveis	-	-	-	-
Efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos não constituído sobre prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias	<u>(530.652)</u>	<u>(278.453)</u>	156.467	445.442
Outros	-	-	73.740	18.508
	<u>(235.428)</u>	-	<u>(2.153.356)</u>	<u>(2.722.885)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado				
Corrente	(235.428)	-	(587.476)	(637.773)
Diferido	-	-	<u>(1.565.880)</u>	<u>(2.085.112)</u>
Alíquota efetiva	5%	-	31%	27%

20 Provisão para contingências (consolidado)

A controlada é parte integrante em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões cíveis e trabalhistas.

A provisão de R\$ 208.258 (R\$ 248.257 em 2016) foi constituída pela Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos e na sua avaliação dos riscos envolvidos e foi considerada suficiente para cobrir a provável perda estimada. Em dezembro de 2017 a Companhia possui ações com probabilidade de perda possível no valor total de R\$ 276.972.

21 Patrimônio líquido (controladora)

a. Capital

O capital social da Companhia, conforme AGE realizada em 28 de dezembro de 2010, é de R\$ 13.497.825, sendo 3.788.740 de ações ordinárias (“ON”) e 1.633.460 de ações preferenciais (“PN”), totalizando 5.422.200 ações sem valor nominal, com as seguintes titularidade:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Global Railroad Leasing, LLC	1.199.794	-
GRL Brasil Ltda.	253.757	1.633.460
Membeca, LLC	1.238.486	-
ATT Centro Oeste Ltda.	804.036	-
Sofimax Participações	93.237	-
Acionistas pessoas físicas	199.425	-
Outros	5	-
	<u>3.788.740</u>	<u>1.633.460</u>

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Os saldos da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram destinados à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para expansão e reforço do capital de giro.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Refere-se ao efeito reflexo do ajuste do custo atribuído dos equipamentos ferroviários, líquido de efeitos de imposto de renda e contribuição social, registrado na controlada, conforme orientações do CPC 27 - Ativo Imobilizado e do ICPC 10 - Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

e. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do período ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Os dividendos a pagar foram calculados conforme segue:

Resultado do período	4.797.093
(-) Reserva legal (5%)	<u>(239.855)</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>4.557.238</u>
Dividendos obrigatórios - 25%	<u><u>1.139.310</u></u>

22 Receita operacional líquida (consolidado)

	2017	2016
Receita de aluguel de vagões e locomotivas	15.807.764	17.659.891
Impostos sobre prestação de serviços	<u>(1.462.218)</u>	<u>(1.633.540)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>14.345.546</u></u>	<u><u>16.026.351</u></u>

23 Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e benefícios	-	-	506.825	940.573
Despesas com serviços profissionais	93.896	90.426	331.812	282.070
Administrativa	3.904	45.850	508.559	338.602
Viagens e estadas	-	-	101.962	84.369
Depreciação e amortização	-	-	<u>3.269</u>	<u>2.255</u>
	<u>97.800</u>	<u>136.276</u>	<u>1.452.426</u>	<u>1.647.869</u>

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	95	22	245.905	309.754
Outros	<u>90.934</u>	<u>98.309</u>	<u>128.242</u>	<u>139.771</u>
	<u>91.029</u>	<u>98.331</u>	<u>374.147</u>	<u>449.525</u>
Despesas financeiras				
Juros passivos	(3.906)	(921)	(2.593.410)	(2.822.051)
Juros, correção monetária e multas sobre debêntures	(669.235)	(578.599)	(669.234)	(578.599)
Outros	<u>(188.393)</u>	<u>(201.515)</u>	<u>(188.395)</u>	<u>(283.542)</u>
	<u>(861.534)</u>	<u>(781.035)</u>	<u>(3.451.039)</u>	<u>(3.684.192)</u>
	<u>(770.505)</u>	<u>(682.704)</u>	<u>(3.076.891)</u>	<u>(3.234.667)</u>

25 Outros resultados operacionais (consolidado)

	2017	2016
Receitas não operacionais		
Ganhos sobre imobilizado (i)	138.687	727.628
<i>Impairment</i> sobre ativos ferroviários (ii)	(343.320)	-
Outros	-	165.035
	(204.633)	892.663

- (i) Em 2016, ganho decorrente de indenização de cobertura de seguro referente a sinistro com vagões ocorridos durante aquele exercício. Em 2017 o saldo refere-se a ganho na alienação dos ativos imobilizados.
- (ii) Provisão para perda de vagões a serem sucateados em exercício subsequente.

26 Instrumentos financeiros

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente do contas a receber de clientes e demais instrumentos financeiros do Grupo.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Valor contábil	
<i>Consolidado</i>	2017	2016
Aplicações financeiras	1.237.642	2.485.272
Contas a receber de clientes	1.346.464	2.467.702

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo (vide Nota 1)

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, irão afetar os ganhos do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração do Grupo não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Exposição ao risco de taxa de juros

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

	31/12/2017	31/12/2016
Ativo		
Aplicações financeiras	1.237.642	2.485.272
Passivo		
Empréstimos e financiamentos	37.393.061	56.304.830

O Grupo efetuou análise de sensibilidade demonstrando os efeitos no resultado do Grupo advindos da variação do CDI, sendo o cenário possível um aumento/redução de 25% para a taxa de juros e o cenário remoto um aumento/redução de 50%.

Análise de sensibilidade para aplicações financeiras de taxa variável vinculadas ao CDI em 31 de dezembro de 2017.

Operação	Valor exposto	Risco	25%*	50%*
Aplicações financeiras	1.237.642	Redução do CDI	64.883	43.256

(*) Conforme previsões de mercado futuro, os índices de CDI considerados foram de 6,99%.

Para empréstimos e financiamentos, a administração possui seus contratos firmados em taxas fixas (nota explicativa 17), a qual não tem risco de oscilação relevante.

Valor justo

O justo valor dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

(i) Controladora

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Ativos				
Caixa e bancos	993	-	993	989
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	11.122.866
Outras contas a pagar	-	58.097	58.097	61.240

(ii) *Consolidado*

	2017		2016	
	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos financeiros ao custo amortizado	Valor Justo	Valor Justo
Ativos				
Caixa e bancos	1.000	-	1.000	2.994
Aplicações financeiras	1.237.642	-	1.237.642	2.485.272
Contas a receber de clientes	1.346.464	-	1.346.464	2.467.702
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	-	37.393.061	37.393.061	56.304.830
Outras contas a pagar	-	434.627	434.627	233.817

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração ser baseadas na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- Contas a receber de clientes e outras contas a pagar - decorrem diretamente das operações da Companhia e sua controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. O valor contábil se equivale, substancialmente, ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menor que 90 dias).
- Empréstimos e financiamentos - são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que, de acordo com entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento.

27 Cobertura de seguros

Os contratos de locação que o Grupo possui com seus clientes RUMO - América Latina Logística S/A (RUMO ALL), Agrex do Brasil S/A (AGREX), AcelorMittal do Brasil (Arcelor) e Vale Logística Integração (VLI), prevêm cláusula obrigando o cliente ter cobertura de seguros para os vagões sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O Grupo também adotam a política de contratar cobertura de seguros para os demais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.